

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA N° 723/2020-PGJ, DE 20.2.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 11 a 18.6.2018, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.2.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 701/2020-PGJ, DE 19.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 41ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Camila Augusta Calarge Doreto, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 702/2020-PGJ, DE 19.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 61º Promotor de Justiça de Campo Grande, Silvio Amaral Nogueira de Lima, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 11ª Vara do Juizado Especial Central da referida Comarca, a partir de 1º.3.2020, pelo período de 1 (um) ano.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 704/2020-PGJ, DE 19.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 9º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Luciano Anechini Lara Leite, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, nos dias 20 e 21.2.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e nos dias 27 e 28.2.2020, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Moisés Casarotto.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 706/2020-PGJ, DE 19.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri da comarca de Bonito, no julgamento do Processo nº 0000912-39.2019.8.12.0028, no dia 3.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 707/2020-PGJ, DE 19.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Bonito, Alexandre Estuqui Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri da referida Comarca, no julgamento do Processo nº 0000327-21.2018.8.12.0028, no dia 5.3.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 708/2020-PGJ, DE 19.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4527/2019-PGJ, de 3.12.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao ano de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTÃO – ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)
27.2 (18h01min) a 2.3.2020 (7h59min)	Ricardo Rotunno
16 (18h01min) a 23.3.2020 (7h59min)	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior

Passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	PLANTÃO – ÁREA CRIMINAL (CEL.: 98478-2087)
27.2 (18h01min) a 2.3.2020 (7h59min)	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior
16 (18h01min) a 23.3.2020 (7h59min)	Ricardo Rotunno

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 709/2020-PGJ, DE 19.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 10º Promotor de Justiça de Dourados, Eteocles Brito Mendonça Dias Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, no período de 2 a 21.3.2020, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Eduardo Fonticelha De Rose.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 710/2020-PGJ, DE 19.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral, no dia 6.3.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no dia 9.3.2020, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 711/2020-PGJ, DE 19.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Livia Carla Guadanhim Bariani, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 54ª Zona Eleitoral, no dia 27.3.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no período de 30.3 a 8.4.2020, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 713/2020-PGJ, DE 19.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Moisés Casarotto 2 (dois) dias de férias compensatórias, sendo 1 (um) dia referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, e 1 (um) dia referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, por ter atuado no período de 29.12.2015 a 6.1.2016, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.2.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 721/2020-PGJ, DE 20.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 8º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Moisés Casarotto, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 2ª Vara Criminal da referida Comarca, no dia 27.1.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 733/2020-PGJ, DE 21.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 5º Promotor de Justiça de Campo Grande, Plínio Alessi Junior, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar nas audiências de custódia da referida Comarca, no dia 27.2.2020, nos termos do § 2º do artigo 1º da Resolução nº 033/2015-PGJ, de 16.10.2015, alterada pela Resolução nº 006/2016-PGJ, de 30.5.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 734/2020-PGJ, DE 21.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Caarapó, Arthur Dias Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da referida Comarca, no dia 21.2.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, e no dia 27.2.2020, em razão de férias compensatórias da titular, Fernanda Rottili Dias.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 716/2020-PGJ, DE 20.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/3858/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas; 2) Fiscal Administrativo – Cristiane da Silva Sena, Técnico I; 2.1) Suplente – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnico II.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 718/2020-PGJ, DE 20.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Reconduzir, a partir de 27 de fevereiro de 2020, ao cargo de Técnico I, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Pedro do Carmo Sandim Junior, nos termos do artigo 49, § 1º, inciso I, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (Processo PGJ/10/0445/2020).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 726/2020-PGJ, DE 20.2.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Giovanni do Prado Azevedo, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 7 (sete) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 13 a 19.2.2020, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130 e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 727/2020-PGJ, DE 20.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Marcos Neves Papi, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18.2 a 18.3.2020, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 728/2020-PGJ, DE 21.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual abaixo nominados o pagamento de gratificação adicional por tempo de serviço, nos termos do artigo 33, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como do artigo 1º, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º, da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012:

SERVIDOR(A)	QUINQUÊNIO	A PARTIR DE
Angelo Maia Marcelo Pirani	1º	23.2.2020
Ewerton Cardoso da Silva	4º	29.1.2020
Giulliano Miyamoto Luna	1º	11.2.2020
Greyce Kelly Gomes Santiago	1º	23.2.2020
Gustavo Rocha Lobato	1º	9.2.2020
Joel Cesar Bortolan de Emilio	1º	10.2.2020
Liliane Rosa da Silva	4º	9.2.2020
Luís Henrique Zaidan Blecha	1º	2.2.2020
Munira Ali Zara	2º	25.2.2020
Murillo Andrade Yazbek	1º	3.2.2020
Nilson Antonio Verga	1º	9.2.2020
Vagner André Parizotto	1º	9.2.2020

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

Retificação das Deliberações proferidas pelo Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, em reunião ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2019, publicada no DOMPMS nº 2.140, de 6.2.2020: Acrescentar ao item 7.3.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO, o subitem 5. Inquérito Civil nº 06.2018.00001484-2

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar ausência de controle de frequência de servidores da Câmara Municipal de Nova Alvorada do Sul.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE NOVA ALVORADA DO SUL - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES - DENÚNCIA DE IRREGULARIDADES – JORNADA IRREGULAR DOS SERVIDORES - AUSÊNCIA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA DA CASA DE LEIS - DILIGÊNCIAS REALIZADAS – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL - CUMPRIMENTO INTEGRAL DA RECOMENDAÇÃO – IRREGULARIDADES SANADAS - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE BIOMÉTRICO DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES, EFETIVOS OU EM COMISSÃO - ATUAÇÃO DO *PARQUET* COM RESOLUTIVIDADE - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - ARQUIVAMENTO. Restou comprovado nos autos que o ato inquinado consistente em ausência de registro de ponto dos servidores da Câmara Municipal de Nova Alvorada do Sul, desvelou em mera irregularidade administrativa, pois não evidenciou vontade consciente, má-fé e dolo por parte do Presidente da Casa de Leis, apto a configurar ato de improbidade administrativa. Contudo, a atuação ministerial demonstrou resolutividade, pois tal irregularidade foi devidamente sanada por vontade própria da referida Casa de Leis, que após ser exortada, acolheu *in totum* a Recomendação expedida pelo Ministério Público Estadual, implementou em suas dependências o sistema biométrico de controle de frequência dos servidores, (efetivos e em comissão), impondo-se a homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 20 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça e

Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 024/2020-GED

XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador de Justiça e Coordenador da Gestão de Estagiários de Direito, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso Nº 001/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no DOMP nº 2031, de 16 de agosto de 2019, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados nos itens 11 e 13, capítulo X do Edital nº 001/2019, de 12 de abril de 2019, publicado no DOMP nº 1949, de 15 de abril de 2019, especificados, respectivamente, no **Item 2** deste Aviso.

1.1 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE ANASTÁCIO

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Juscelino Kubitschek, 1445, Jardim América, Anastácio.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	LUAR NOGUEIRA MAIA CARVALHO	4º

1.2 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida dos Estudantes, 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	HORTÊNCIA JAQUELINE BARBOSA	2º

1.3 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE AQUIDAUANA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua Luiz da Costa Gomes, 544, Vila Cidade Nova, Aquidauana.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	DANIELY SILVA DE ALBUQUERQUE	4º

1.4 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: GED – Gestão de Estagiários de Direito – situada no prédio do Ministério Público Estadual, localizada à rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO - MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	08h30min	LAURA LUÍSA COSSINI DE OLIVEIRA DE SOUZA	85º
06.03.2020	08h40min	MARIA ODETE DOS SANTOS SILVA	86º
06.03.2020	08h50min	MATHEUS HENRIQUE RODRIGUES MEDEIROS	87º
06.03.2020	09h	RAQUEL DA SILVA BRITO	88º
06.03.2020	09h10min	ANA HELENA PARANAIBA BORGES	89º
06.03.2020	09h20min	MURILLO DA COSTA ALMEIDA	90º
06.03.2020	09h30min	BEATRIZ MARIA GONÇALVES PEGO	91º
06.03.2020	09h40min	JULIA DOBES RICARTES	92º
06.03.2020	09h50min	CAMILA DE OLIVEIRA MARIN	93º
06.03.2020	10h	RENATA SAWARIS NETO	94º
06.03.2020	10h10min	FABIANA FRANCISCA DE FREITAS	95º
06.03.2020	10h20min	AGHATA CRISTINA DA COSTA DUPIN	96º

06.03.2020	10h30min	THIAGO DE MOURA SANTOS	97°
06.03.2020	10h45min	MARINA SIMOES SIMAS	98°
06.03.2020	11h	GABRIEL PINHEIRO ANDRADE	99°
06.03.2020	11h15min	JULIANA SILVA DE SOUZA	100°

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO - VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	13h30min	MARIA GABRIELA SOUZA DE OLIVEIRA	75°
06.03.2020	13h40min	BIANCA PENHA RODRIGUES	76°
06.03.2020	13h50min	TATIANE DE OLIVEIRA ALMEIDA	77°
06.03.2020	14h	AMANDA DE OLIVEIRA	78°
06.03.2020	14h10min	VITOR HUGO ORTIZ ANTONIO DE OLIVEIRA	79°
06.03.2020	14h20min	VICTORIA RIZZO DE ALMEIDA INIGO GONÇALVES	80°
06.03.2020	14h30min	MATHEUS FERNANDES DE OLIVEIRA	81°
06.03.2020	14h40min	SOFIA CAMPAGNOLI LOUREIRO	82°
06.03.2020	14h50min	ANA PAULA MARTINS	83°
06.03.2020	15h	GUILHERME HENRIQUE OLANDA OLIVEIRA	84°
06.03.2020	15h15min	ELKE TEIXEIRA VALÉRIO DA COSTA VERBISCK	85°
06.03.2020	15h30min	LETICIA RODRIGUES CLEMENTE	86°
06.03.2020	15h45min	GIOVANNA MOURA RIBEIRO CAETANO	87°

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	LUÍSA DE QUEIROZ MARTINS CAPUTTI	109°
06.03.2020	09h20min	ANA PAULA ZOGBI DE SOUZA	110°
06.03.2020	09h30min	ISABELLA NOGUEIRA FREITAS	111°

1.5 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE CORUMBÁ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua América, 1880, Centro, Corumbá.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO - MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	GRAZIELLE RODRIGUES PEREIRA	6°
06.03.2020	09h15min	PAOLLI CRISTINNI DA SILVA RIBEIRO	7°

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	KARINE MAURO DA ROSA	6°

1.6 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO-MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	YASMIN CAROLINA OLIVEIRA FERNANDES	12°

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	JEAN CARLO MARIANO	11°
06.03.2020	09h30min	LEANDRO ISHY MEDEIROS	12°
06.03.2020	09h40min	ANDRESSA LAMEU	13°
06.03.2020	09h50min	PEDRO CESAR DA SILVA E OLIVEIRA FILHO	14°

1.7 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE GLÓRIA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua Rogério Luiz Rodrigues, Centro, Glória de Dourados.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	SINARA COSTA DOS SANTOS	1º

1.8 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE ITAPORÃ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Stefano Gonelo, 62, Centro, Itaporã.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	VALENTIN FERREIRA MORAES	4º

1.9 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE IVINHEMA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Praça dos Poderes, 900, Vitória, Ivinhema.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	MELLCA OLIVEIRA GOMES	2º

1.10 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE JARDIM

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida Coronel Stuck, 85, Centro, Jardim.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	ALESSANDRA FREI SILVA	5º

1.11 CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE NOVA ANDRADINA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	KARINE DE CASTRO ROCHA	4º
06.03.2020	09h30min	LOYSLENE MORAES LOUZADA	5º

1.12 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE PARANAÍBA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica, Paranaíba.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	LUANA SILVA DE QUEIROZ	3º

1.13 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE PONTA PORÃ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua Baltazar Saldanha, 1613, Da Saudade, Ponta Porã.

DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	JULIANE DE FREITAS ORTIZ	5º

1.14 CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE TRÊS LAGOAS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua Elviro Mário Mancine, 860, Centro, Três Lagoas.

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO-MATUTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	09h	LAUANA CAROLINE DASSIE LIMA	12º
06.03.2020	09h15min	BEATRIZ DA SILVA DE QUEIROZ	13º

DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO-VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
06.03.2020	13h	NATHALIA CRISTINA SILVA LORENTE	6º

2 RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. Para admissão, o candidato de Nível Superior/Pós-Graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
6.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, constando as seguintes informações: início e término do curso e carga horária total (não será aceito documento que não contenha todas as informações);
7.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
8.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
11.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

2.2. Para admissão, o candidato de Nível Superior/Graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1.	Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2.	02 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
3.	Comprovante da tipagem sanguínea
4.	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
5.	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o Ministério Público Estadual, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas ou não possui dependências e data prevista para conclusão do curso (Não será aceito documento que não contenha todas as informações);
6.	Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos, emitida pela Justiça Federal, Justiça Estadual, Polícia Federal, Polícia Estadual
7.	Declaração de ausência dos impedimentos previstos no art. 50 e no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.07.2010 e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
8.	Ficha de Cadastro (disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
9.	Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)
10.	Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração (modelo disponível no Portal do MPE/MS – link Estagiários)

Previsão expressa no EDITAL N.º 001/2019-GED, no capítulo “X - Da Convocação e Admissão”, item 4, O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação dos candidatos da área de Direito deverá ser enviada é o seguinte: ged@mpms.mp.br.

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2020.

EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA
Procurador de Justiça
Gestão de Estagiários de Direito

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO**AVISO DE REPUBLICAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE CONCURSO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a alteração de cláusulas do edital e a reabertura de prazo do Concurso – “3º Prêmio de Jornalismo do Ministério Público de Mato Grosso do Sul” (Processo PGJ/10/4735/2019).

- **Objetivo:** O 3º Prêmio MPMS de Jornalismo Jorge Góes, por meio de premiação, visa estimular, divulgar e prestigiar matérias jornalísticas veiculadas na imprensa que apresentem o trabalho do Ministério Público de Mato Grosso do Sul na defesa dos interesses da sociedade, por meio das competências e atribuições constitucionais da Instituição, assim como a contribuição em suas áreas de atuação relacionadas ao TEMA: “O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul na defesa do Meio Ambiente”;

Inscrições:

- **Local:** Protocolo-Geral/PGJ ou na Assessoria de Comunicação/PGJ – Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS).

- **Período de inscrições:** de 24 de fevereiro de 2020 ao dia 25 de maio de 2020.

- **Horário e Local de atendimento:** Assessoria de Comunicação do Ministério Público Estadual /PGJ (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 – Jardim Veraneio – Campo Grande/MS), das 8h às 11h e das 13h às 18h.

- **Telefone para contato:** (67) 3318-2135.

Retirada do Regulamento: por meio dos endereços eletrônicos www.mpms.mp.br/licitacao/concurso ou www.mpms.mp.br/premiojorgegoes ou na Assessoria de Comunicação do Ministério Público Estadual – PGJ.

Campo Grande, 21 de fevereiro de 2020.

Comissão Organizadora

3º Prêmio MPMS de Jornalismo Jorge Góes

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000103 DE 20.02.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0827/2020**

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preço nº 15/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000103 de 20.02.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000104 DE 20.02.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0827/2020

Credor: LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019 - Ata de Registro de Preço nº 15/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000104 de 20.02.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000832 DE 19.02.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0822/2020

Credor: MPRR COMÉRCIO, ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 31/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000832 de 19.02.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000833 DE 19.02.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0824/2020

Credor: SEGINFO COMÉRCIO & SERVIÇOS EMPRESARIAIS EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 45/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, mídias, discos rígidos, etc.), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 7.637,70 (sete mil seiscentos e trinta e sete reais e setenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000833 de 19.02.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000834 DE 19.02.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0823/2020

Credor: MULTQUALITY COMERCIAL E CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 16/PGJ/2019 – Ata de Registro de Preço 38/PGJ/2019.**

Objeto: Aquisição de materiais de processamento de dados (cartuchos, mídias, discos rígidos, etc.), para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 3.964,80 (três mil novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000834 de 19.02.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 101/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0287/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **EVANILDE LOURENÇO ENCADERNADORA EIRELI**, representada por **Evanilde Lourenço**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de encadernação para atender o Departamento de Serviços Gerais/PGJ, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000293, de 15.01.2020.

Vigência: 22.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 124/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0594/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LINO LOURENÇO DA SILVA REINOSO 81286724104**, representada por **Lino Lourenço da Silva Reinoso**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Bataguassu/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000562, de 06.02.2020.

Vigência: 11.02.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 11 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/PGJ/2019

Processo nº PGJ/10/4954/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **D. DOS SANTOS PEREIRA EIRELI**, representado neste ato por **Douglas dos Santos Pereira**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 60, da Lei Federal nº 8.666/93, e do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Objeto: Excluir a figura e as atribuições do “fiscal jurídico” e incluir a figura e as atribuições do “fiscal administrativo” nos itens 9.1, 9.2.5 e 9.2.6, da Cláusula Nona, do Contrato nº 102/PGJ/2019, referente à contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral de terreno para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Vigência: 19.02.2020 a 03.07.2020.

Data de assinatura: 19 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO ENTRE MPMS E SEJUSP, POR INTERMÉDIO DA PMMS

Processo nº PGJ/10/0907/2016

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2- **SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Secretário de Estado, **Antonio Carlos Videira**, por intermédio da **POLÍCIA MILITAR DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Comandante-Geral, **Waldir Ribeiro Acosta**.

Amparo legal: Artigo 116 c/c artigo 57, inciso II, ambos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e no artigo 8º, §2º, do Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003.

Objeto: **Prorrogação** do prazo de vigência do Convênio, referente à prestação de “*serviços de segurança, compreendendo a vigilância patrimonial dos prédios do MPMS, bem como as funções administrativas e operacionais policiais, pelos Policiais Militares inativos integrantes do Corpo Voluntário de Militares da Reserva Remunerada – CVMRR, sob o planejamento e supervisão da Assessoria Militar do MPMS*”, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 1º.04.2020 a 31.03.2021.

Data de assinatura: 19 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/PGJ/2019

Processo nº PGJ/10/4615/2019

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **AZIMUTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI**, representada neste ato por **Marcio Crenitte Fayad**.

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para a execução de serviços de pintura predial, no total de 762m², na sede das Promotorias de Justiça de Três Lagoas/MS, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços.

Valor total: R\$ 8.000,00 (oito mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE006085, de 22 de novembro de 2019.

Vigência: 14.01.2020 a 11.07.2020.

Data de assinatura: 14 de janeiro de 2020.

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo PGJ/10/0634/2020

Amparo legal: Artigo 25, *caput* da Lei Federal nº 8.666/1993.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: **Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda.**

Valor estimado anual: R\$ 7.188,00, nos termos da NE nº 2020NE000815, de 19.02.2020.

Objeto: Contratação de assinatura anual do Sistema de WebGestão Tributária (Plano Ouro).

Justificativa: Inviabilidade de competição diante da exclusividade da empresa Open Treinamentos Empresariais e Editora Ltda.

Ratifica: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa.

Campo Grande/MS, 20 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/PGJ/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/PGJ/2019 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.035 DE 22 DE AGOSTO DE 2019 (PÁGINAS 26 A 29) E NO DOMP-MS Nº 2.097 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 14 A 16) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/1672/2019

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público** (FEADMP/MS) representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

- 2.1- **LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 19/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (inverter e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, na capital e no interior do Estado, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS/SERVIÇOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO PROPOSTO (R\$)
5	5.1	Aparelho condicionador de ar, tipo bi split hi-wall inverter, composto por três unidades distintas, 1 condensadora (externa)	Unidade	15	8.485,00

		e 2 evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h ou superior (2 x 12.000 btu's); comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Obs.: A capacidade da condensadora poderá ser superior a 24.000 B'tus, desde que atenda a capacidade de 12.000 Btu's solicitado para cada evaporadora. Marca/modelo: SPRINGER DUAL INVERTER 27.000 BTU/H 2 EVAPORADORAS 12.000BTU/H 220V.			
	5.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo bi split 24.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	200	230,00
	5.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	10	300,00
	5.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi split, função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	400,00
	5.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/modelo: ELGIN MINI ORANGE.	Unidade	8	480,00
	5.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	35,00
	5.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	200	60,00
7	7.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 35.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER PISO TETO 36.000 BTU/H 220V FRIO.	Unidade	25	8.000,00
	7.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 35.000 a 36.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	200	200,00
	7.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	10	465,00
	7.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	15	1.200,00
	7.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação	Unidade	13	700,00

		220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/modelo: ELGIN MAXI ORANGE.			
	7.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	80	35,00
	7.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	200	60,00
8	8.1	Aparelho condicionador de ar, tipo inverter piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 46.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: LG INVERTER PISO TETO 46.000 BTU/H 220V FRIO.	Unidade	10	13.855,00
	8.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 46.000 a 48.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	70	250,00
	8.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	300,00
	8.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	500,00
	8.5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca/modelo: ELGIN MAXI ORANGE.	Unidade	5	550,00
	8.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	30	35,00
	8.7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	70	60,00
10	10.1	Aparelho condicionador de ar, tipo split, cassete, inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 31.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e	Unidade	5	11.700,00

		ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: tipo alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: CARRIER INVERTER K7 33.000 BTU/H 220 FRIO.			
	10.2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo SPLIT 31.000 a 36.000 BTU/h. com isolamento térmico.	Metro	50	250,00
	10.3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, cassete, inverter, função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	3	500,00
	10.4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, cassete, inverter, função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	2	835,00
	10.5	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	20	35,00
	10.6	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	50	60,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 19 de agosto de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2019 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.098 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINA 16) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/3157/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **MAKTUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TAPETES, CAPACHOS E ARTEFATOS LTDA**, representada por **Orlando José Rosa**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de capacho vinílico, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ofertado pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Capacho vinílico, manta de filamentos de vinil entrelaçados de composição 100% PVC, costado antiderrapante, espessura 10mm, destinado ao alto tráfego de pessoas, lavável, antichamas, cor Azul Royal. Garantia de 12 meses contra defeito de fabricação e soltura de bordas. Observações: 1- Dimensões mínimas a serem adquiridas: 0,40m x 0,60m; 2- Dimensões máximas a serem adquiridas: 3,50m x 1,20m. Marca: Maktub.	Metro	300	114,30

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 19 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/PGJ/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/PGJ/2019 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.098 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINA 16) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo nº PGJ/10/3703/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **CLAUDEMIR AIRES VICENTE**, representado por **Claudemir Aires Vicente**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 20/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de água mineral envasada e gás liquefeito de petróleo (botijão), para atender às Promotorias de Justiça da Capital, ofertado pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Água Mineral, não-gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: Pôr do Sol.	Unidade	12.600	10,70
2	Água Mineral, não-gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafa descartável transparente com no mínimo 500 ml. Pacote com 12 unidades. Marca: Pôr do Sol.	Pacote	1.000	11,90
3	Gás liquefeito de petróleo, acondicionado em botijão de 13 Kg (recarga). Marca: Não registrada.	Unidade	180	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 21 de novembro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BONITO

EDITAL N. 0001/2020/01PJ/BTO

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no âmbito da 1ª Promotoria de Justiça de Bonito, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Doutor Alexandre Estuqui Junior, Promotor de Justiça em Substituição Legal, com fulcro no disposto no art. 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, torna público que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, não havendo oposição justificada, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2020/01PJ/BTO.

Eventuais manifestações acerca do ato, pelos respectivos interessados, deverão ser encaminhadas a esta 1ª Promotoria de Justiça de Bonito, por escrito, demonstrando-se a legitimidade e fundamentação jurídica do pleito, até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital.

Bonito, em 20 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR
Promotor de Justiça em Substituição Legal

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0001/2020/01PJ/BTO

PROVENIÊNCIA – (órgão produtor)		PROCEDÊNCIA – (órgão responsável pelo arquivamento)	
Órgão / Setor: 1ª Promotoria de Justiça de Bonito		Órgão / Setor: 1ª Promotoria de Justiça de Bonito	
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
000.0001 – Controle de Processos e Correspondências	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
000.002 – Correspondências expedidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
000.003 – Correspondências recebidas (ofícios, memorandos, e-mails, faxes, cartas, bilhetes, avisos de recebimento de correspondência, comunicações internas, etc.)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
000.004 – Livros de protocolo	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2013
000.005 – Requisições de material de consumo	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
000.006 – Relatórios técnicos de serviços de informática (STI)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
000.007 – Convites e malas diretas	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
000.008 – Relatórios de atividades – mensal	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
000.009 – Requisições de Diárias	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
000.010 – Relatórios de viagem	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
000.011 – Certidões expedidas	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
000.012 – Requerimentos para cursos	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
200.001 – Atas de reuniões	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
200.003 – Livros de registros de documentos	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo	Exercício 1991	Exercício 2018

	de guarda.		
200.004 – Termos/oitivas de declarações	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
200.005 – Controle de carga de inquéritos	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
200.006 – Livro de registro de processos	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
200.007 – Notificações	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
200.008 – Mandados de intimação	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
200.009 – Cartas precatórias	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
200.011 – Ofícios requisitando diligência	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
200.012 – Atas de audiências diversas	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
200.013 – Manifestações diversas em processos judiciais (pareceres, petições, razões e contrarrazões, etc.)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2016
200.014 – Atas de visita a estabelecimentos prisionais e unidades policiais	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2016
200.015 – Comunicações de flagrante (cópia)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
200.019 – Inquéritos civis/procedimentos preparatórios de inquérito civil (aplicam-se os prazos do Código Civil/2002 em se tratando de objeto superveniente à vigência da Lei Federal nº 10.406/02 ou que não satisfaça a condição de seu art. 2.028, com promoção de arquivamento homologada, sem termo de compromisso de ajustamento de conduta)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2008
200.020 – Inquéritos civis/procedimentos preparatórios de inquérito civil (aplicam-se os prazos do Código Civil/2002 em se tratando de objeto superveniente à vigência da Lei Federal nº 10.406/02, ou que não satisfaça a condição de seu art. 2.028, com promoção de arquivamento homologada, com termo de compromisso de ajustamento de conduta)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2008
200.023 – Inquéritos civis/procedimentos preparatórios de inquérito civil (com promoção de arquivamento homologada,	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo	Exercício 1991	Exercício 2008

referente a dano ao erário)	de guarda.		
200.024 – Promoção de arquivamento de inquérito civil e/ou procedimento preparatório de inquérito civil	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2008
200.025 – Portarias de instauração ou reabertura de procedimento administrativo criminal	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
200.026 – Inquéritos civis/procedimentos preparatórios de inquérito civil (com promoção de arquivamento homologada, referente ao ato de improbidade, sem dano ao erário, praticado por exercente de mandato, cargo em comissão ou função de confiança)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2008
200.028 – Decisão de indeferimento de instauração de inquérito civil/procedimento preparatório de inquérito civil	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2018
200.029 – Termos de conciliação (aplicam-se os prazos do Código Civil/2002 em se tratando de objeto superveniente à vigência da Lei Federal nº 10.406/02 ou que não satisfaça a condição de seu art. 2.028)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2008
200.031 – Termos de acordo extrajudicial (aplicam-se os prazos do Código Civil/2002 em se tratando de objeto superveniente à vigência da Lei Federal nº 10.406/02 ou que não satisfaça a condição de seu art. 2.028)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2008
200.034 – Promoção de arquivamento de pedido de providências (CIP)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2008
200.035 – Representações	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2019
200.036 – Representações com notícia de dano ao erário	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2014
200.037 – Representações indeferidas em inquérito civil ou procedimento preparatório de inquérito civil	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2008
200.038 – Recomendações	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
200.039 - Recomendações em inquérito civil ou procedimento preparatório	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
200.040 – Pedidos de providências ou requisições de diligências em intervenção pré-processual	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
200.041 – Propostas de suspensão condicional do processo	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
200.042 – Porpostas de transação penal	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo	Exercício 1991	Exercício 2017

	de guarda.		
200.043 – Intervenção em atividade processual civil e criminal, HC e MS	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2012
200.044 – Apuração de ato infracional (promoção, arquivamento, e homologação de remissão)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2014
200.045 – Documentos entregues por particulares em atendimento ao público	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2008
200.047 – Relatórios de visita, fiscalização de órgãos, estabelecimentos, entidades de interesse social e fundações	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
200.050 – Notícias de fato	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2016
200.051 – Expedientes investigatórios	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2014
200.052 – Peças de informação	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2014
200.053 – Laudos de Perícia	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2016
200.054 – Correição parcial	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2016
200.058 – Indeferimentos de representação para instauração de procedimento extrajudicial	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2012
200.059 – Relatório Mensal de Vagas dos PResídios	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2016
200.064 – Procedimentos extrajudiciais (procedimentos preparatórios, procedimentos investigatórios criminais, inquéritos civis etc.) referentes a objeto de investigação sem dano ou ressarcimento ao erário	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2009
200.065 – Procedimentos administrativos/procedimentos preparatórios/inquéritos civis arquivados com distribuição judicial	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2009
200.066 – Procedimentos administrativos arquivados sem distribuição judicial	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2015
200.067 – Homologação de promoção de arquivamento (CSMP)	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2008
200.071 – Denúncias	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os	Exercício 1991	Exercício 2015

	referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.		
200.072 – Aditamento a denúncia	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2015
200.074 – Degração	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
200.075 – Promoção de arquivamento	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2008
200.076 – Portarias de instauração de procedimento investigatório	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
200.077 – Relatórios de diligência	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2015
200.078 – Relatórios de vistoria e inspeção em estabelecimento penal e entidades de atendimento	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2014
200.079 – Termos de acordo em procedimento investigatório	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2016
200.080 – Relatórios de Remessa de documentos	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
200.081 – Controle de tramitação ou comprovante de remessa	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2017
200.082 – Relatório de controle externo da atividade policial	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2016
200.083 – Dossiês de recebimento diverso	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2016
200.085 – Cópia de processo judicial	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	Exercício 1991	Exercício 2019
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Alex Hernandes Barboza, Técnico I MPMS. Data do preenchimento: 20 de fevereiro de 2020.			

CAARAPÓ

RECOMENDAÇÃO N.º 0001/2020/01PJ/CRP

Autos de Inquérito Civil n.º 06.2019.00001331-4

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Câmara Municipal de Caarapó

Objeto: Apurar indícios de irregularidades no pagamento de diárias aos agentes políticos e servidores da Câmara Municipal de Caarapó.

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social da Comarca de Caarapó/MS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei n.º 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ n.º 15/2007, em razão da apuração levada a efeito no Inquérito Civil n.º 06.2019.00001331-4, e

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, nos termos do art. 127, “caput”, e art. 129, inc. III, da Constituição Federal, art. 25, inc. IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/93 e art. 26, inc. IV, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual n.º 72/94;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual n.º 72/94, emitir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 1º da Resolução n.º 164, de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, “a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”.

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, *caput*, da Carta Maior da República, do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que tal obrigação decorre de forma cristalina dos princípios extraídos da Constituição Federal e que, uma vez constatada ofensa, deve a situação ser corrigida espontaneamente pelo agente político;

CONSIDERANDO que foi instaurado o presente Inquérito Civil n.º 06.2019.00001331-4, com intuito de apurar indícios de irregularidades no pagamento de diárias aos agentes políticos e servidores da Câmara Municipal de Caarapó;

CONSIDERANDO que o autor *Flavio da Cruz* traz o conceito legal das diárias como: “Cobertura de despesas de alimentação, pousada e locomoção urbana, com o servidor público estatutário ou celetista que se deslocar de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município no qual a repartição estiver instalada e em que o servidor tiver exercício em caráter permanente” (in “LRF Comentada”, Ed. Atlas, 7ª ed., p. 82);

CONSIDERANDO que as diárias, enquanto verbas de caráter indenizatório, têm por finalidade o ressarcimento de despesas não afetas as atividades-fins da função empreendida, destinadas a finalidade específica. Nos dizeres de Marçal Justem Filho, a indenização consiste em valor pago para recompor o patrimônio do servidor, em virtude de desembolso por ele realizado no interesse ou em virtude de suas funções (Curso de Direito Administrativo. 6. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010, p. 940);

CONSIDERANDO “*que as indenizações, como a própria nomenclatura informa, têm caráter indenizatório e não representam eletivamente uma remuneração, até porque são pagas de maneira não habitual, ou seja, apenas quando caracterizadas determinadas hipóteses excepcionais e transitórias que justificam”* (TJMS, Arguição de Inconstitucionalidade n. 16.00005-91.2013.8.12.0000. Rel. Des. Divoncir Schreiner Maran);

CONSIDERANDO que o ordenador de despesas poderá incorrer no ato ímprobo esculpido no artigo 10 da Lei n. 8429/92, cujo tipo permite a responsabilização inclusive pela culpa (TJES; APL 0011077-91.2007.8.08.0024, Rel. Des. Dair José Bregunze de Oliveira J. 07.2013), notadamente por ser o responsável pela análise da existência da causa subjacente concedente da diária;

CONSIDERANDO, ainda, que a improbidade administrativa pode ser caracterizada por condutas comissivas ou omissivas, inclusive por parte de quem tenha dever de fiscalizar (GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2017, p. 379);

CONSIDERANDO que não há uma lei específica do Município de Caarapó que disciplina o pagamento de diárias para a Câmara Municipal, apenas as Resoluções nº 1.597/89, 2.261/2009 e Resolução nº 2.217/97, sendo que esta estabelece em seu artigo 1º: “Ao vereador e/ou Assessor que se deslocar da sede deste Município representando o Legislativo Municipal, conceder-se-á diária para compensação das despesas de transporte, hospedagem e alimentação” (Destaque nosso);

CONSIDERANDO que na referida resolução não há previsão de pagamento de diárias aos servidores públicos efetivos da Câmara Municipal de Caarapó/MS;

CONSIDERANDO, também, que na referida resolução não está previsto que o deslocamento do vereador e/ou servidor tem que haver compatibilidade dos motivos do deslocamento com o interesse público e correlação entre o motivo do deslocamento e as atribuições do cargo ou as atividades desempenhadas no exercício da função comissionada ou do cargo em comissão;

CONSIDERANDO que o valor e o modo de concessão das diárias devem ser regulamentado, pois são despesas que não podem ser concedidas ao alvedrio da autoridade pública, vez que deve existir vinculação das diárias a um ordenamento jurídico específico, o qual deve dispor acerca do valor e da razão da concessão destas verbas;

CONSIDERANDO que os vereadores vinham participando de cursos, encontros, sempre fora do Município de Caarapó, a fim de justificar o recebimento de diárias, gerando evidente aumento de seus ganhos mensais;

CONSIDERANDO que se extrai dos documentos que nos foram apresentados que a maioria dos Vereadores compareceram, sistematicamente, meses a fio, em gabinetes de Deputados Estaduais em Campo Grande, ou de Ministro em Brasília/DF, sob a justificativa de se buscarem emendas parlamentares para o Município;

CONSIDERANDO que nos relatórios de viagem constam de forma genérica e padronizada que o deslocamento foi para “*tratar de assuntos de interesse do Município*”;

CONSIDERANDO que foi verificado que as diárias pagas nos dias 30 de agosto de 2017 à 01 de setembro de 2017 aos servidores da Câmara de Caarapó, Vaner Martins Matos, José Roberto Cardoso, Francisco Andrade Neto e Jorge Antonio da Costa Barreiros, no valor individual de R\$ 1.211,50 (um mil, duzentos e onze reais e cinquenta centavos), não tem qualquer comprovação da efetiva participação deles no Curso de Licitação e Contratos, pois foi juntado tão somente o *folder* do curso, sem o certificado (p. 351/369);

CONSIDERANDO que, do mesmo modo, a diária concedida ao assessor jurídico Francisco Andrade Neto nos dias 14.09.2017 a 15.09.2017, para verificar pendências junto ao TCE/MS em reunião agendada com técnicos sobre o SICAP do legislativo de Caarapó, porém, não tem documentos comprovando a sua participação, sendo juntado apenas o e-mail, ainda em nome do contador Luiz Alberto Batista, em dia diverso do informado (dia 13.09.2017 das 14:00 às 16:00 horas), conforme se verifica às páginas 322/328;

CONSIDERANDO que na mesma data (14.09.2017 a 15.09.2017) também foi concedida diária para o Diretor Financeiro Luiz Alberto Batista participar da reunião para verificar pendências junto ao TCE/MS, e não houve a

comprovação do efetivo deslocamento do servidor, sendo juntando apenas o e-mail, confirmando a reunião agendada para o dia 13.09.2017 (p. 330/336);

CONSIDERANDO que também foi concedida diária ao Assessor de Gabinete José Roberto Cardoso e ao Diretor Financeiro Luiz Alberto Batista, no dia 12.03.2018 para participarem do 7º Encontro de gestores de RH Cassems, mas novamente, somente foi juntado o *fôlder* do Encontro, sem qualquer certificado (p. 1174/1180);

CONSIDERANDO que o Assessor Parlamentar Hugo Centurião Enciso fez o requerimento de diária para o dia 03.05.2018 para Participar de curso de Licitação e Contrato com destino em Campo Grande (p. 1400), mas de modo diverso, consta no relatório de viagem e na declaração realizada pela Chefe de Gabinete, que foi para Cidade de Campo Grande e na referida data esteve em visita no gabinete do Deputado Estadual Zé Teixeira em busca de recursos para recapeamento da Avenida Dom Pedro II, que beneficiara o Município de Caarapó (p. 1401/1402);

CONSIDERANDO que as declarações acostadas nas justificativas para pagamento das diárias, informam que o vereador: “esteve em nossa sede na cidade de Campo Grande”, para “tratar de assuntos pertinentes ao Município e a Câmara Municipal” ou “para tratar de assuntos atinentes às atribuições conferidas em decorrência de seu cargo”;

CONSIDERANDO que, pelo caráter geral e vago de seus termos, referidas declarações não apenas comprometem qualquer tentativa de se verificar a correspondência de tais viagens aos motivos que a ensejaram, como ainda, põe em xeque a própria comprovação de sua efetiva realização;

CONSIDERANDO que a verba indenizatória não pode ser utilizada para o custeio de gastos despidos de interesse público, ou seja, não podem os Vereadores utilizarem desse recurso para o custeio de gastos particulares destinados ao trato de assuntos privados, sendo certo que a precariedade de documentação comprobatória vem à contramão da efetiva transparência na destinação dos recursos públicos e pode dar azo a possíveis irregularidades;

CONSIDERANDO que, para o devido atendimento do interesse público, eventuais diárias e verbas indenizatórias percebidas pelos Vereadores de Caarapó sempre devem guardar estrita pertinência com as funções institucionais (legislativa, fiscalizadora, administrativa, e de assessoramento¹) legalmente previstas;

CONSIDERANDO na Inspeção Ordinária do processo TC/117588/2012 realizada pelo TCE/MS na Câmara Municipal de Caarapó, ficou constatado que *“nos Relatórios de Viagens dos beneficiados, que tais relatórios não apresentam “motivação para o deslocamento” e a real necessidade da concessão de diárias para o deslocamento dos vereadores para outro Município, a serviço da municipalidade, não demonstrou veracidade. Assim, foi declarada a IRREGULARIDADE E ILEGALIDADE das diárias pagas a agentes políticos que contrariam as normas de auditoria aplicada ao setor público, infrações estas às normas constitucionais e legais, sem prejuízo de eventuais cominações impostas em outros processos referentes ao período apurado nestes autos – janeiro a dezembro de 2011, nos termos do artigo 59, III c/c artigo 42, I e IX, da Lei Complementar Estadual nº 160, de 2 de janeiro de 2012”*. (TCE/MS. Deliberação AC00-604/2016. Processo TC/117588/2012. Relator Cons. Jerson Domingos. Data decisão 04.05.2016. Data publicação 08.02.2018 – Destaque nosso);

CONSIDERANDO, ainda, que na referida Inspeção Ordinária foi recomendado ao responsável pela Câmara Municipal de Caarapó, ou a quem venha a substituí-lo, para que, *“adote um controle adequado nas concessões de diárias e sua respectiva prestação de contas, demonstrando que as despesas são inerentes ao interesse público”*. (TCE/MS. Deliberação AC00-604/2016. Processo TC/117588/2012. Relator Cons. Jerson Domingos. Data decisão 04.05.2016. Data publicação 08.02.2018);

CONSIDERANDO que, consoante decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, *“as diárias são estabelecidas para ressarcir gastos efetuados em interesse da Administração Pública, não podem ser utilizadas de forma a compor, de maneira disfarçada, a remuneração”* (TCE/PR. Tribunal Pleno. Acórdão n. 1.637/2006. Publicado em: 01/12/2006);

CONSIDERANDO que é natural a existência de situações em que o recebedor de diárias apenas se desloca da sede do órgão, porém sem que haja necessidade de hospedagem (pernoite), ou mesmo outras situações em que o agente

¹ Art. 3º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caarapó- A Câmara tem funções legislativas, exerce atribuições de fiscalização interna e externa, financeira e orçamentária de controle e de assessoramento dos atos do Executivo e pratica atos de administração interna;

público executou serviços para o órgão por 02 (dois) dias fora da sede, porém hospedou-se apenas 01 (uma) noite, muito embora, o pagamento seja feito sempre pelo valor integral da diária, custeando muitas vezes uma hospedagem que não ocorreu;

CONSIDERANDO que tal situação pode eventualmente configurar enriquecimento sem causa (artigo 884 do Código Civil²);

CONSIDERANDO que o recebimento a título de valores de diárias somente é legítimo quando houver pertinência com os interesses da Administração Pública ou da sociedade, marcadamente quando auferido por vereador, legítimo representante do povo, do contrário, haverá enriquecimento ilícito e patente violação aos princípios regedores da Administração Pública, incorrendo seu beneficiário em ato de improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei (art. 10, caput, da Lei de Improbidade Administrativa);

CONSIDERANDO que a jurisprudência tem entendido que a concessão desarrazoada de diárias indevidas, desrespeita os princípios constitucionais da moralidade administrativa, razoabilidade e economicidade, causando dano ao erário e promovendo o enriquecimento ilícito, e por conseguinte, configura atos ímprobos, conforme decisão a seguir ementada:

“APELAÇÃO EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VEREADOR E EX-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUCURI. PAGAMENTO IRREGULAR DE DIÁRIAS A SERVIDORES. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE AS DIÁRIAS FORAM PAGAS COM OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS LEGAIS E SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. PRÉVIA CONDENAÇÃO PELO TCM. POSSIBILIDADE. NÃO OCORRÊNCIA DE BIS IN IDEM. RECURSO IMPROVIDO. I - Tem-se configurado ato de improbidade administrativa uma vez demonstrado que o agente político, no cargo de Presidente da Câmara Municipal de Mucuri, ano de 2005, desrespeitou princípios constitucionais da moralidade administrativa, razoabilidade e economicidade (Termo de Ocorrência do Processo TCM nº 65.716/06), causando dano ao erário e promovendo o enriquecimento ilícito, ante a concessão desarrazoada de diárias, no valor histórico de R\$151.275,00. II - Ainda que existente questionável autorização legal para a concessão de diárias a servidores, não cuidou o agente político de comprovar a regularidade das inúmeras concessões de diária cujo pagamento autorizou, muito menos a sua necessidade ou a observância dos princípios constitucionais e administrativos pertinentes. III - É assente na jurisprudência dos Tribunais Superiores o entendimento de que não se configura bis in idem a coexistência de título executivo extrajudicial (acórdão do TCM) e sentença condenatória em ação civil pública de improbidade que determinam o ressarcimento ao erário. O que não se permite é a constrição patrimonial além do efetivo prejuízo apurado. Assim, é possível a formação de dois títulos executivos, devendo ser observada a devida dedução do valor da obrigação que primeiramente foi executada no momento da execução do título remanescente. (TJBA. Classe: Apelação, Número do Processo: 0000069-11.2008.8.05.0172, Relator(a): JOSE JORGE LOPES BARRETO DA SILVA, Publicado em: 27/06/2018)”;

CONSIDERANDO, por fim, que cabe ao Ministério Público expedir Recomendação para que os poderes públicos promovam as medidas necessárias à garantia e ao respeito à Constituição Federal e normas infraconstitucionais (art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul) e artigo 44, da Resolução nº 015/2007- PGJ;

RESOLVE, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia:

RECOMENDAR à Câmara Municipal de Caarapó que:

- Elabore e apresente, no prazo de 60 (sessenta) dias, Projeto de Lei Municipal específica para os Vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal, regulamentando o pagamento de diárias, que devem ser correspondentes ao

² Art. 884. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários.

interesse das atividades de vereança ou atividades da casa legislativa, observando os seguintes procedimentos:

- No ato regulamentar, que a concessão de diária para pousada só seja devida quando o vereador ou o servidor público em viagem a serviço necessitar pernoitar no local de destino;
- O vereador ou servidor público fará *jus* à metade do valor da diária, nos casos do afastamento não exigir pernoite fora da sede do Município ou quando retornar à sede do Município no mesmo dia;
- Que na referida legislação haja limitação do número máximo de diárias concedidas no mês aos vereadores e servidores públicos;
- No ato regulamentar deverá constar a necessidade de o próprio interessado apresentar o requerimento de diárias, de forma escrita e completa, ao Presidente da Câmara Municipal, o qual deverá ser instruído com o relatório de viagem³, ambos devidamente assinados pelo requerente, com documento comprobatório do motivo que ensejou a viagem (cópia de certificado de curso, cópia de lista de presença, cópia de declaração de comparecimento, etc.);
- Deverá, ainda, quanto aos valores pagos a título de diária, ser estabelecido critério diferenciado quando o deslocamento ocorrer mediante veículo oficial e quando for veículo particular, sendo que, no primeiro caso, por questões óbvias, o valor a ser pago deverá ser necessariamente menor.

b) Apresentado o requerimento de diárias, na forma regulamentar, em se tratando de um único evento ensejador do afastamento do Vereador ou do servidor público do Poder Legislativo que exija pernoite, realize o pagamento de uma única diária, salvo se devidamente comprovada e justificada de forma expressa a necessidade de mais de um pernoite consoante a natureza, locais e horários do evento;

c) Inclua no Relatório de Viagem campos para preenchimento obrigatório dos horários de saída e de chegada dos eventos ensejadores da diária, devidamente comprovados;

d) Exija que o Relatório de Viagem não seja preenchido com descrição genérica dos serviços executados⁴ e pessoas contatadas, devendo se observar a concretude na justificativa de deslocamento e vinculação com as atribuições do cargo, abstendo-se do pagamento de diária para deslocamento que não guardar relação intrínseca com as funções de Vereador ou do cargo do servidor público do Poder Legislativo e cujos requerimentos ou relatórios de viagens sejam vagos e lacônicos, não permitindo a todos conhecer o interesse público subjacente à atividade parlamentar, e, consequentemente, a legalidade do ato;

e) Exija, sob pena de não pagamento ou devolução do valor recebido a título de diária, a apresentação do devido comprovante de comparecimento ao evento ensejador da diária, que deverá permanecer juntado ao respectivo pedido e Relatório da Viagem;

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado pela Câmara Municipal de Caarapó, através de sua Presidência, no prazo de 10 (dez) dias a partir do recebimento da presente, se acolherá ou não a RECOMENDAÇÃO, sob pena de, não adotando as providências, ser manejada a ação civil respectiva.

O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Outrossim, cabe à Câmara Municipal de Caarapó/MS dar ampla divulgação à presente recomendação, fazendo-se publicar no site do Câmara (<https://camaracaarapo.com.br/>) e no Diário Oficial deste ente, e à Prefeitura Municipal de Caarapó/MS.

Não obstante, para melhor cumprimento e divulgação, remeta-se cópia da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público, também ao Prefeito Municipal de Caarapó, para conhecimento.

Deixa-se de enviar o arquivo digital desta portaria ao respectivo Centro de Apoio e à Corregedoria-Geral de Justiça, pois, de acordo com o artigo 57, *caput* e inciso VI, da Resolução nº 0014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, a comunicação é automática, mediante geração de relatórios a partir da base de dados do sistema SAJ-MP.

Caarapó, 15 de Janeiro de 2020.

FERNANDA ROTTILI DIAS
Promotora de Justiça

³ O relatório de viagem deverá indicar dia e hora da saída de cidade; dia e hora do retorno à cidade de origem; quais órgãos foram visitados, quais atividades foram realizadas; qual o meio de locomoção (carro particular ou público; ônibus; avião), identificar a placa do veículo, se for de carro; em sendo ônibus ou avião, mencionar o número do bilhete, apresentado cópia.

⁴ Exemplo de descrição genérica: “Reunião com deputado XXX, fazendo reivindicações ao Município de Caarapó; ou estive na Assembleia Legislativa de MS no gabinete do deputado XXX onde despachou com o deputado, referente a interesses do Município; ou “estive com o deputado XXX tratando de assunto de interesse de Caarapó”.

CAMAPUÃ

RECOMENDAÇÃO 0002/2020/1ªPJC

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça em exercício nesta comarca, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 129 da Constituição Federal, no artigo 27, inciso IV, da Lei nº 8625/93 e no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 2018 de janeiro de 1994, e, ainda,

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e da eficiência administrativa, bem como zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia, nos termos do artigo 127, *caput*, e artigo 129, incisos II e III, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, consoante previsto no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/94, emitir recomendações visando ao efetivo respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 1º da Resolução nº 164 de 28 de março de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, “a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de relevância pública ou do respeito ao interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”.

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e eficiência, conforme disposto no art. 37, *caput*, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça a notícia de que a estrada municipal que perpassa a zona rural da região Água Santa encontra-se desativada, fazendo com que haja um tráfego intenso no interior de propriedades particulares, trazendo inúmeros transtornos aos proprietários rurais da região;



Obs.: A referida estrada municipal está destacada em vermelho no mapa.

CONSIDERANDO que a conservação, sinalização, regulamentação e fiscalização das estradas municipais é de competência do Município, nos termos do art. 9º, inciso XI, da Lei Orgânica de Camapuã;

CONSIDERANDO que segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, os bens públicos de uso comum são aqueles que “*servem para serem utilizados indistintamente por quaisquer sujeitos, em concorrência igualitária e harmoniosa com os demais, de acordo com o destino do bem e condições que lhe causem uma sobrecarga invulgar*”⁵;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu artigo 30, inciso VIII, impõe aos Municípios a

⁵ MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo Brasileiro*. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 910.

incumbência de “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”;

CONSIDERANDO que a conservação de estradas municipais se trata de serviço público de responsabilidade da Administração Pública, cabendo à ela a manutenção das estradas de maneira eficiente e segura para os membros da coletividade;

Resolve:

RECOMENDAR ao Sr. Prefeito Municipal de Camapuã-MS e ao Sr. Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos que, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado a partir do recebimento da presente recomendação, relative a estrada Municipal localizada na zona rural da região Água Santa em Camapuã, conforme mapa e indicações do mapa constante dos considerandos desta recomendação, promovendo todos os serviços necessários à sua reativação, principalmente no que concerne à trafegabilidade.

Nesse passo, solicita-se, desde logo aos destinatários desta recomendação, no prazo de 30 (trinta) dias, que informe se acatarão ou não esta Recomendação, apresentando, em qualquer hipótese de negativa, os respectivos fundamentos.

Em caso de não acatamento desta Recomendação, o Ministério Público Estadual adotará as medidas legais necessárias.

Remeta-se cópia desta recomendação, também, aos interessados no feito.

Camapuã-MS, 19 de fevereiro de 2020.

LINDOMAR TIAGO RODRIGUES
Promotor de Justiça

COXIM

EDITAL Nº 0006/2020/02PJ/CXM

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000159-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Coxim.

Assunto: Acompanhar as providências que estão sendo tomadas pelo Poder Executivo e Secretaria Municipal de Educação, para o alcance das metas e a implementação das estratégias definidas no Plano Municipal de Educação de Coxim.

Coxim/MS, 19 de fevereiro de 2020.

DANIELLA COSTA DA SILVA
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0013/2020/01PJ/CXM**EXTRATO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC)**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 0001/2020/01PJ/CXM nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00001431-0, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, neste município.

Inquérito Civil nº 06.2018.00001431-0

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Município de Coxim

Objeto: Instituir normas gerais administrativas acerca da transparência, do uso e da responsabilidade dos agentes públicos que fazer uso dos veículos da frota municipal de Coxim, bem como mecanismos para o controle do uso, abastecimento, avarias e manutenções periódicas.

Conteúdo do TAC: “O Compromissária assumiu a obrigação de adquirir cadernetas individuais para cada veículo do município, passando a exigir dos agentes públicos que preencham, nas aludidas cadernetas, diariamente e de forma integral, sob pena de sanção disciplinar, as seguintes informações sobre a utilização e abastecimentos: (1) condições de recebimento do automóvel, (2) controle de odômetro, (3) abastecimentos, (4) revisões e (5) sinistros, no prazo de 60 (sessenta) dias. O Compromissária obrigou-se a, no prazo de 90 (noventa) dias, após a assinatura do presente Termo de Ajustamento de Conduta, instituir norma, de vinculação a todos os agentes públicos que fazem uso de veículos da frota municipal, visando regulamentar: (1) a forma de utilização dos veículos da frota municipal e (2) a obrigatoriedade de preenchimento de dados na caderneta individual do respectivo veículo, sob pena de instauração de procedimento disciplinar e da cobrança, por meio de tomada de contas especial, de eventuais avarias que não tenham sido ressalvadas no momento em que o agente receber o veículo. O Compromissária exigirá da empresa que preste o serviço de abastecimento e manutenção veicular a emissão de Nota Fiscal individual para cada veículo abastecido, com a anotação, no documento fiscal, da placa, ano/modelo do automóvel/máquina objeto do reparo ou manutenção, nome do servidor que solicitou o serviço, com a assinatura de quem recebeu o serviço. O Compromissário acordou que, para abastecer máquinas que estejam em áreas de difícil acesso, deverá utilizar bico dosador com caderneta de anotação que permita o controle quantitativo de combustível utilizado, com a marcação dos dados na mesma. Restou avençado que descumpridas as obrigações acima estabelecidas, o Compromissário pagará multa sancionatória de 100 (cem) UFERMS – Unidade Fiscal Estadual de Referência de Mato Grosso do Sul, e multa moratória de 50 (cinquenta) UFERMS, por mês de atraso, em favor do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Município de Coxim, até o implemento das obrigações pactuadas”.

Data de celebração do TAC: 05 de fevereiro de 2020

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ**EDITAL Nº 0010/2020/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004367-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> .

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00004367-4

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã

Assunto: acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial objetivando regularizar as ilegalidades constatadas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social no município de Ponta Porã

Ponta Porã/MS, 20 de fevereiro de 2020

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0011/2020/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000562-5, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha, nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000562-5

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Ponta Porã/MS

Assunto: acompanhar a instituição da linha de cuidado da pessoa com doença renal crônica da microrregião sanitária de Ponta Porã/MS

Ponta Porã/MS, 20 de fevereiro de 2020

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0012/2020/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000260-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00000260-6

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Celito Joaquim Pereira

Assunto: acompanhar o cumprimento dos acordos judiciais realizados nos autos das Ações Cíveis Públicas nºs 0800458-92.2015.8.12.0019 e 0801102-35.2015.8.12.0019, referentes às regularizações jurídico-ambientais dos imóveis denominados Chácara Santa Brígida e Chácara Lourenço Cuê, município de Aral Moreira/MS

Ponta Porã/MS, 20 de fevereiro de 2020

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0013/2020/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00000259-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2020.00000259-4

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Ivone Fenner Pereira

Assunto: acompanhar o cumprimento do acordo judicial realizado nos autos da Ação Civil Pública nº 0800455-40.2015.8.12.0019, referente a regularização jurídico-ambiental do imóvel denominado Chácara Jesus Misericordioso, município de Aral Moreira/MS

Ponta Porã/MS, 21 de fevereiro de 2020

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça